

O SR. PRESIDENTE(Aldo Rebelo) - Para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional é favorável ao projeto do Executivo que concede 13% de reajuste aos militares das Forças Armadas.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, Relator da matéria na CCJ, no sentido de que se sensibilize diante dos argumentos que exponho neste momento e aprove a emenda de plenário já apresentada à Mesa e outra, de minha autoria, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Essa emenda, na prática, visa reparar lacuna que teve início a partir de 1º de agosto deste ano. Até aquela data, os militares das Forças Armadas ganhavam, a título de auxílio-invalidez, importância equivalente a 25% do respectivo soldo ou ao soldo integral de cabo engajado, se esse valor fosse maior.

O Ministério da Defesa, porém, por meio de portaria normativa, revogou o dispositivo, e ficaram valendo apenas os 25% do respectivo soldo, o que fez com que militares da patente de capitão para baixo — capitães, tenentes, subtenentes, sargentos, cabos e soldados — sofressem drástica redução no valor do auxílio-invalidez. Um capitão, por exemplo, perdeu 133 reais; um terceiro-sargento, 560 reais; um cabo, 657 reais, e um soldado engajado, 727 reais.

Deixo bem claro, Sr. Presidente e nobre Deputado Biscaia, que os poucos militares que ganham essa gratificação são aqueles que necessitam de internação especializada ou de cuidados permanentes de enfermagem. E é muito mais vantajoso para a União pagar esse montante aos militares do que agir como tem feito no momento, obrigando esses profissionais a buscarem o serviço de enfermagem nas unidades militares de saúde.

Pelo aspecto humanitário que envolve a questão, clamo pela aprovação da emenda. Quero ainda dizer que, por 3 vezes, estive pessoalmente com o Ministro da Defesa, uma inclusive no dia de hoje, e S.Exa. deu sinal verde para a aprovação da emenda. Faltava um contato mais aprofundado com a Casa Civil, mas o Sr. Ministro José Alencar informou que isso não seria necessário porque, segundo nota técnica emitida por sua Assessoria na semana passada, consubstanciada no Parecer nº 126 da Consultoria Jurídica, essa medida não cria despesa — e por isso o meu apelo ao Deputado Biscaia — , uma vez que o pagamento desse montante, definido como valor não inferior ao soldo de cabo, já estava previsto para o corrente ano.

E, mais: a emenda apresentada à Mesa e a do Relator são cópias idênticas, conforme verifiquei quando estive no Ministério da Defesa e peguei uma cópia da proposta que será encaminhada ao Ministério do Planejamento para que a remeta a esta Casa em forma de projeto de lei.

O nobre Deputado Inocêncio Oliveira, por ser médico, entende perfeitamente o que é uma pessoa que necessita de cuidados especiais ou de enfermagem permanente. O que queremos é poupar o tempo e o projeto de lei que será mandado a esta Casa, visto que o Ministério da Defesa já deu sinal verde para a resolução do problema. As Assessorias Parlamentares e as Forças Armadas são favoráveis à decisão, assim como a Assessoria do Ministério da Defesa.

Então, por todos esses motivos e pelo caráter humanitário da medida, apelo para o Deputado Antonio Carlos Biscaia no sentido de que acolha essa emenda. Há cabos, soldados e sargentos do Exército cujos contracheques foram praticamente zerados e que, além da doença de que são acometidos, passam agora por seriíssimo problema pecuniário.

A aprovação dessa emenda não vai prejudicar o projeto, que é muito maior, são 13% para todos, e o Governo, se assim o desejar, poderá vetá-la, visto que está separada do projeto como um todo.

Tenho certeza de que, se for aprovada nesta Casa, o Executivo vai sancionar a emenda devido a seu caráter humanitário. Este Governo, que tanto fala em direitos humanos, não vai deixar de olhar para tão pequena quantidade de militares que precisam desse complemento salarial para terem melhor condição de vida.

É o meu parecer, para o qual peço o apoio e a compreensão dos colegas e demais Relatores.